Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2023/SML/PVH.

REF.: Recurso Administrativo – INTERPÔE.

NPX ENTRETENIMENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Porto Velho - RO, Rua Guanabara nº 2.602 Liberdade, Porto Velho-RO, CEP 76.803-886, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.887.646/0001-72, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no Art. 4º, XVIII e 9º, da Lei nº. 10.520/2002, c/c o Art. 109, I, "a" da Lei nº. 8.666/1993, e, principalmente, Item 14.2 do Instrumento Convocatório, inconformada com as decisões levadas a efeito nos autos da licitação em apreço, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

Em face da decisão proferida pela Pregoeira do certame que declarou habilitadas e vencedoras para o certame nos respectivos itens: 1 - Locação de Arquibancada (Ampla Concorrência); 2 – Locação de Arquibancada (Cota ME/EPP) e 8 – Fornecimento de posto de trabalho para segurança civil de evento (Cota ME/EPP), itens cuja vencedora fora a Licitante HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados, oportunidade em que, ao final, requererá.

a) Requisito Procedimental – Demonstração da Tempestividade do Presente Recurso Administrativo:

1. Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto da vertente recurso, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da recorrente, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela (Lei nº. 10.520/2002) dispõe, em seu Art. 4º, alínea XVIII que qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar suas razões recursais. "in verbis":

Art. 4º, alínea XVIII. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;". (g.n.)

2. Verifica-se, portanto, que a legislação supra é similar ao Direito Processual, entendendo-se que a parte necessita, sob pena de decadência, manifestar seu interesse recursal, após a declaração do vencedor, quando será oportunizado o prazo para apresentação de suas razões por escrito. Dita disposição é repetida nos itens editalícios em comento.

3. Consoante o disposto no Art. 110, da Lei Federal nº. 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

4. Nesse passo, a recorrente externou e teve aceita sua intenção de recurso no dia 02 de maio de 2023 (terça-feira), que deve ser excluído para a contagem do trintídio legal. Restam, portanto, o dia 03 de maio (quarta-feira) a 05 de maio de 2023 (sexta-feira), como prazo para a apresentação do apelo. Portanto, inteira e claramente demonstrada está à tempestividade do apelo.

b) Do direito de petição e o poder-dever da administração pública de rever seus atos eivados de ilegalidade:

5. Em que pese a norma que reque o pregão eletrônico prescrever a fase recursal cujo pressuposto é a manifestação acerca da licitante acerca da intenção em recorrer no prazo estabelecido no instrumento convocatório, eventual matéria presente nas razões recursais e não arguidas no momento da intenção, bem como, eventual manifestação intempestiva deve ser analisada sob a ótica do Direito de Petição expresso no art. 5º, XXXIV, da CRFB/88 garante o acesso aos poderes públicos visando combater ilegalidades ou abuso de poder, vejamos:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

6. Nesse sentido, destacado a existência de ilegalidade e violação a princípios do direito administrativo e constitucional, temos, em conformidade com a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – STF que a administração pode anular seus atos quando eivados de vício de ilegalidade, vejamos:

SÚMULA 473 – STF - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

7. Assim, considerando o teor da Súmula supra destacada e o dever da administração de cautela, analisar os fundamentos do recurso em tela é medida que se impõe.

c) A Necessária Atribuição de Efeito Suspensivo ao Presente Recurso Administrativo:

8. Ainda no que tange às questões procedimentais que envolvem o presente manejo, consoante destacado no preâmbulo deste recurso, desde já, com esteio no Art. 4º, XVIII, c/c o Art. 9º, da Lei 10.520/2002, c/c o Art. 109, §2º, da Lei nº. 8.666/1993, pugna a recorrente pela aplicação do efeito suspensivo a presente peça de recurso, nos estreitos limites legais.

I. SINOPSE DO PROCESSO LICITATÓRIO – ESCOPO DAS IRREGULARIDADES:

9. O certame em epígrafe que possui como objeto REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, por um período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

10. Ultrapassadas as fases de lances, negociação, envio da proposta atualizada e habilitação, restaram vencedores do certame algumas licitantes, ocasião em que a recorrente se insurgiu contra a irregular habilitação da licitante HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA para os itens 1, 2 e 8 do certame, irregular habilitação uma vez que a recorrida não cumpriu os requisitos do instrumento convocatório quanto qualificação técnica e fiscal.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

11. Como dito, os itens os quais a recorrente se insurgiu contra a irregular habilitação da licitante HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA, foram: 1 - Locação de Arquibancada (Ampla Concorrência); 2 - Locação de Arquibancada (Cota ME/EPP) e 8 - Fornecimento de posto de trabalho para segurança civil de evento (Cota ME/EPP), estabelecidos os itens em tela, vejamos o teor do edital quanto a qualificação técnica que deveria ser demonstrada pela licitante para sagrar-se vencedora do certame:

12.9. Qualificação Técnica

12.9.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de serviços compatíveis com o objeto a ser licitado, e ainda;

12. Nessa mesma esteira, vejamos o que diz quanto a qualificação técnica a ser exigida do licitante a Lei Nacional n. 8666/93 que rege as contratações públicas:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: a qualificação técnica:

[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

13. Pois bem, estabelecidos os parâmetros do edital e da legislação que trata da matéria, verifica-se que o licitante deve, quanto exigido no instrumento convocatório, o que é o caso, demonstrar possuir uma qualificação técnica, isto é, uma expertise, um demonstração de experiência anterior, tal prerrogativa da administração pública visa conferir certa segurança jurídica de que a futura contratada possua condições técnicas que honrar os compromissos assumidos.

14. Nesse sentido, ao analisar o único atestado de capacidade técnica enviado pela recorrida verifica-se que se refere a serviços de locação de 20 cadeiras plásticas, uma diária de palco, uma diária de tenda 5 x 5 metros e 1 diária sonorização, cuja nota fiscal é a primeira nota de serviço da empresa emitida em 31 de janeiro do corrente ano e cujo valor perfaz R\$ 2.900,00.

15. Assim, em primeiro já se verifica que em nada é compatível o atestado de capacidade técnica enviado pela recorrida com o item 8 do certame, qual seja, fornecimento de posto de trabalho para segurança civil de evento, não é compatível em características, nem em prazos, muito menos em quantidade.

16. Em outra linha, quanto aos itens 1 - Locação de Arquibancada (Ampla Concorrência) e 2 - Locação de Arquibancada (Cota ME/EPP) poder-se-ia, em atendimento ao princípio da razoabilidade, da ampliação do caráter competitivo do certame, dizer que os serviços aos quais alude o atestado da recorrida seriam compatíveis em características, visto que em última análise tratam-se de estruturas metálicas de uso temporário.

17. Entretanto, quando se analisa os itens em comento frente a um comparativo com o atestado apresentado pela recorrida, constata-se uma discrepância tal que mesmo o princípio da razoabilidade não é capaz de sanear.

18. Ora, o atestado alude a uma diária de itens de estrutura, os itens 74 diárias, isto é 1,35 por cento; o compromisso contratual de 1 dia frente ao compromisso contratual de 365 dias (12 meses de registro de preços), logo, 0,273 por cento; o valor de R\$ 2.900,00 frente a um valor de R\$ 241.142,68, logo 1,20 por cento, em resumo, não é razoável considerar que o atestado apresentado pela recorrida seja compatível com o objeto do certame, e não é se exigir algo que restrinja a competição no certame, mas um mínimo necessário para conferir segurança jurídica à administração pública.

19. Outra irregularidade na habilitação da recorrida, e essa muito mais gravosa, é quanto a qualificação fiscal, ora a recorrida não enviou a comprovação de regularidade com a fazenda municipal conforme dispõe o item 12.7 alínea "d" do instrumento convocatório, não possuía a época de sua habilitação tal comprovação em vigência junto ao SICAF, nem ao menos enviou certidão cuja vigência estivesse expirada para então pleitear seu direito a tratamento diferenciado, eis que microempresa, e, assim, requerer 5 dias para apresentação da comprovação como preconiza a Lei Complementar 123/06.

20. Logo, é indiscutível que a licitante HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA fora habilitada no certame em apreço de forma irregular, nesse sentido, estamos a falar em violações de vários princípios que regem as contratações públicas, a saber, da legalidade, da isonomia, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

21. O instrumento convocatório do certame em tela fora estabelecido, decaiu o direito de impugna-lo e este tornou-se lei entre as partes, isto é, entre os licitantes e a administração pública, desrespeita-lo fere de morte o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e é exatamente o que ocorrera.

22. O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório está insculpido no artigo 41, da Lei 8.666/93, que determina:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

23. Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ensina:

O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública". (pág. 382).

24. Declarar a recorrida habilitada e vencedora do certame para seus respectivos itens frustra a competitividade do certame, restando inobservada, também, a necessidade basilar de respeito aos ditames do instrumento convocatório, o que é expressamente vedado também pelo art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, senão vejamos:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

25. E assim, é de se chegar à lógica conclusão de que inexistem motivos para a esdrúxula habilitação da recorrida, inclusive, a teor de entendimentos dos mais diversificados doutrinadores que entendem estar destoante a decisão do dever-legal a que estão sub-rogados os pregoeiros, presidentes de comissões de licitações e suas respectivas equipes de apoio, relevando-se que a igualdade de tratamento entre os licitantes, aliás, é princípio irrelegável na licitação.

III. DOS PEDIDOS:

3.1. Isto posto, amparada na lei e demais dispositivos legais, embaixadores e fundamentadores do presente recurso, REQUER a recorrente, de Vossa Senhoria, o que segue:

- a) Seja recebido o presente recurso administrativo atribuindo-lhe efeito suspensivo consoante diciona o parágrafo 2º, do já citado Art. 109, da legislação específica, que c/c os Arts. 8º, inciso V e 27, do Decreto nº. 5.450/2005, amparam o presente pedido;
- b) A notificação, em especial, da licitante HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA e das demais licitantes, para, em atenção ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, querendo, apresentar razões de oposição ao presente recurso;
- c) Que seja julgado provido em sua totalidade o presente recurso administrativo para fazer rever a administração pública o ato administrativo eivado de ilegalidade, em habilitar e declarar vencedora do certame para os itens 1,2, 8 e quais outros que tenha vencido ou venha a vencer a licitantes HADASSA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA em razão do não atendimento aos requisitos de habilitação, e, via de consequência, retornar a fase do certame em tela para convocar as licitantes subseqüentes para negociar preços, apresentar sua proposta e julgar sua habilitação;
- d) Acaso seja mantida a decisão recorrida – o que se admite apenas por cautela – que seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o Art. 109, §4º, do Estatuto das Licitações, aplicado subsidiariamente ao presente caso, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente RECURSO, reformando-se as decisões “a quo”, como requerido;

Nestes Termos,
Pede Provimento.
Porto Velho-RO, 05 de maio de 2023.

JOAQUIM SANTANA PINHEIRO NETO
Titular

Fechar